

## CONHECIMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL: A BUSCA DOS SABERES ETNOBOTÂNICOS POR MEIO DAS PLANTAS MEDICINAIS.

Maria Diana Cerqueira Sales<sup>1</sup>, Elisiane de Bona Sartor<sup>2</sup>  
Alane Torres de Araújo Lima<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, FACIG,  
[dsdianasales@gmail.com](mailto:dsdianasales@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós graduada em Farmácia Clínica e Farmacologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina,  
FACIG, [elisartor@gmail.com](mailto:elisartor@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Medicina, Facig, [alane\\_torres@hotmail.com](mailto:alane_torres@hotmail.com)

**Resumo-** Desde os primórdios da civilização, as plantas medicinais são largamente utilizadas no tratamento e prevenção de doenças por vários povos e culturas, de diversas maneiras. O conhecimento tradicional associado a elas pode ser entendido como um conjunto de saberes, transmitidos de geração em geração, interpretado dentro do contexto cultural em que é gerado. Este conhecimento tradicional é relevante, pois além de refletir a relação humana com o ambiente em determinado tempo e lugar, poderá subsidiar planos de manejo que visem a conservação da diversidade biológica e desenvolvimento de programas terapêuticos, tornando ainda esses tipos de saberes acessíveis às futuras gerações. Diante disto, objetivo do trabalho foi realizar um estudo de revisão, demonstrando a importância do conhecimento tradicional de plantas medicinais no resgate dos saberes etnobotânicos.

**Palavras-chave-** Conhecimento tradicional; Plantas Medicinais; Etnobotânica.

**Área do Conhecimento:** Ciências da Saúde.

### 1 INTRODUÇÃO

Numerosos processos marcaram a evolução da arte de curar com plantas medicinais, porém torna-se difícil delimitá-las com exatidão devido ao fato de que esta terapêutica esteve por muito tempo associada a práticas mágicas, místicas e ritualísticas, onde adquiriram fundamental importância na medicina tradicional (AMOROZO, 2002; MARTINS, 2000; COUTINHO, 2002), o que remonta, por exemplo, as tribos brasileiras, em que as mulheres se encarregavam de extrair das plantas, de forma artesanal, os princípios ativos para utilizá-los na cura das doenças.

O uso das espécies vegetais com fins de tratamento e cura de doenças se perpetuou na história da civilização, com registros que relatam a importância das plantas para o homem primitivo. Aos feiticeiros, considerados intermediários entre os homens e os deuses, cabia a tarefa de curar os doentes, unindo-se, desse modo, magia e religião ao saber empírico das práticas de saúde (ALVIM et al., 2006; MACIEL et al., 2002), onde destaca - se o uso de plantas medicinais como recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos (MACIEL et al., 2002; ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004). As observações populares e as investigações científicas sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais em todo o mundo, mantém atual a prática do consumo de fitoterápicos, tornando válidas as informações terapêuticas que foram sendo acumuladas durante séculos (ALBUQUERQUE; ANTONIO, 2014).

O conhecimento do modo pelo qual diferentes sociedades humanas relacionam - se com o ambiente circundante, tem papel fundamental no acesso à socialização do conhecimento tradicional à medida que, na busca do resgate do conhecimento popular, esses saberes vão sendo registrados e sistematizados (LUZ, 2005; MEIRELLES, 2002; SANTOS, 2004).

À medida que os povos tornaram mais habilitados em suprir as suas necessidades de sobrevivência, estabeleceram-se papéis sociais específicos para os membros da comunidade em que viviam (AMOROZO, 2002; GURIB-FAKIM, 2006). O primeiro desses papéis foi o de “curandeiro”. Este personagem desenvolveu um repertório de substâncias secretas que guardava com zelo, transmitindo-o, seletivamente, a iniciados bem preparados (COUTINHO, 2002; SAVASTANO, 1996; SIMÕES, 2001).

O processo de aculturação resultante da influência de diferentes povos, como colonizadores europeus, indígenas e africanos, geraram o conhecimento popular brasileiro. Os grupamentos culturais que ainda convivem intimamente com a natureza, mantém vivo no seu dia a dia este conhecimento como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde (AMOROZO, 2002; ELISABETSKY, 1986; 1997). A transmissão oral desse conhecimento é muitas vezes a única maneira de registro desse saber e está relacionada ao convívio direto dos mais jovens com os mais velhos, pertencentes a uma determinada comunidade, o que requer um contato familiar intenso e prolongado entre diferentes gerações (AMOROZO, 1996; 2002).

Estes espaços, denominados territórios tradicionais, permanentes ou temporários, são locais de reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, principalmente povos indígenas, quilombolas e outras comunidades culturais enraizadas naquele território. Estes povos tradicionais possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (SILVA, 2008).

O conhecimento em comunidades tradicionais (o saber) aparece sempre ligado ao seu aspecto prático (o fazer). Ou seja, os saberes estão interligados à vivência e à interferência real no ambiente que a comunidade ocupa, sendo muitas vezes, essa ação o fator de origem e surgimento de novos saberes (AMOROZO, 2002; SAVASTANO, 1996). Tais comunidades, na maioria das vezes, são formadas por grupos familiares que abrigam um conhecimento próprio, repassado entre as gerações familiares, com particularidades que ficam restritas àquele grupo, a sua cultura e a forma como realizam o cuidado à saúde (COUTINHO, 2002; SAVASTANO, 1996; BUCHILLET, 1991). Esse tipo de contato familiar, muito comum em comunidades rurais onde a agricultura familiar é vigente, valoriza o convívio diário entre as gerações, onde são repassados não apenas os aspectos vinculados à sustentabilidade do sistema de produção, mas são incorporados também, questões relativas às crenças, à valores e ao seu meio cultura (COUTINHO, 2002; MEIRELLES, 2002).

Ao longo do tempo, estes conhecimentos tradicionais foram sendo perdidos, tempo, seja pelo extermínio de alguns povos que não deixaram registros escritos, seja pela introdução de novos hábitos nas sociedades que sempre privilegiam o que vem de fora, pela facilidade de acesso aos serviços da medicina moderna e ainda pelo deslocamento de pessoas de seus ambientes naturais para regiões urbanas (AMOROZO, 2002). As populações com modos de vida tradicional (indígenas, quilombolas, comunidades rurais e mesmo nas periferias dos centros urbanos) foram deixadas à margem do desenvolvimento (AMOROZO, 2002; COUTINHO, 2002; ELISABETSKY, 2010). Além do mais, as representações das medicinas tradicionais foram consideradas, por muito tempo, como objetos exóticos, desprovidos de coerência e eficácia, característicos de sociedades e culturas atrasadas, sendo destinadas a desaparecer com a implementação e disseminação da medicina ocidental (LUZ, 2005; BUCHILLET, 1991), principalmente por suas diferentes formas de manifestação, exercidas por curandeiros, conhecedoras de plantas, raizeiros, entre outros (MACIEL, 2002; COUTINHO, 2002).

O uso regional dos recursos nativos está fortemente associado às comunidades locais, sobretudo em pequenas propriedades agrícolas, comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas (MEIRELLES, 2002), especialmente no que se refere ao uso desses recursos para fins energéticos (lenha), para o consumo esporádico de frutas, além do uso de plantas para fins ornamentais e medicinais (MEIRELLES, 2002; CORADIN et al., 2011). Nestes casos, devido à disponibilidade de matéria prima, as plantas medicinais são geralmente cultivadas em hortas e quintais ou coletadas na mata, por meio do conhecimento acumulado dos seus antepassados (LORENZI; MATOS, 2008; MEIRELLES, 2002). Devido à precariedade de assistência médica convencional, são as plantas na maioria das vezes, o único recurso disponível para o tratamento de doenças (AMOROZO, 2002; MEIRELLES 2002).

Pesquisas que contemplam o conhecimento tradicional têm sido relevantes, pois, além de refletir a relação humana com o ambiente em determinado tempo e lugar, poderá subsidiar planos de manejo (SANTOS, 2004; GOTTLIEB et al., 1996), que visem a conservação diversidade biológica, bem como, bioprospecção de fitoterápicos e ainda tornar acessíveis esses tipos de saberes às futuras gerações, possibilitando inclusive, a realização de novos estudos (GOTTLIEB et al., 1996; MING et al., 2005).

O Brasil por abrigar a maior diversidade vegetal do mundo e ampla sociodiversidade possui grande potencial para o desenvolvimento da Fitoterapia. Para validar cientificamente este conhecimento, vinculou-se o uso de plantas medicinais ao conhecimento tradicional e à prospecção

tecnológica (BRASIL, 2006; SALES, 2013). O uso das plantas medicinais é um processo de produção e reprodução de variados saberes e práticas, originados de diferentes culturas, e que resultam da organização social e produtiva de comunidades tradicionais (SALES, 2015).

Sales (2016), cita a importância dos arquivos históricos na busca dos primeiros registros de utilização terapêutica, como exemplo, o trabalho descritivo realizado pela Princesa Teresa da Baviera, durante viagem a província do Espírito Santo, onde consta relevantes informações sobre flora, fauna e costumes dos povos primitivos indígenas, Botocudos e Aimorés, no século XIX (BAVIERA, 1888).

Planta medicinal é toda planta que administrada ao homem ou animal, por qualquer via ou forma, exerça alguma ação terapêutica. O tratamento feito com o uso de plantas medicinais é denominado fitoterapia, e os fitoterápicos são os medicamentos produzidos a partir destas plantas. Sendo assim, a fitoterapia é caracterizada pelo tratamento com o uso de plantas medicinais e suas diferentes formas farmacêuticas (SCHENKEL; GOSMAN, PETROVICK, 2000)

No contexto da promoção do resgate dos “saberes” tradicionais e sua aplicabilidade científica (BUCHILLET, 1991; CALIXTO, 2001), a Etnobotânica e a Etnofarmacologia, utilizam todos esses aspectos, das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas e a geração de conhecimento científico e tecnológico voltados para o uso sustentável dos recursos naturais.

O termo Etnobotânica foi cunhado em 1895, pelo botânico taxonomista John W. Harshberger, da *Pennsylvania University* (ALBUQUERQUE, 2002). A etnobotânica é uma disciplina muito antiga, visto que o conhecimento sobre plantas úteis remonta a própria existência da humanidade. Compreende o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas (ALBUQUERQUE, 2002; ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002).

Se no seu início, a Etnobotânica tinha um caráter mais restrito, estudando as inter-relações entre as plantas com as sociedades ditas “primitivas”, com o passar do tempo (MARTIN, 1995), o foco de sua investigação expandiu-se, fazendo parte agora não somente as sociedades indígenas, mas também outras sociedades tradicionais e industriais e suas relações estabelecidas com a flora (ALBUQUERQUE, 2005; ELISABETSKY, 1997). No caso das investigações etnobotânicas, a classificação das plantas só possui sentido se for construída a partir de várias práticas sociais, como o cultivo da terra, a preparação de comida, remédios e cosméticos ou para a cura de doenças (CABALLERO, 1983; DAVIS, 1995; VIERTLER, 2002).

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi realizar estudo de revisão, demonstrando a importância do conhecimento tradicional de plantas medicinais no resgate dos saberes etnobotânicos.

## **2 METODOLOGIA**

Realizou-se levantamento bibliográfico de artigos de periódicos e teses e dissertações nacionais, indexados nas seguintes bases eletrônicas: PubMed, Scopus, Web of Science, SciELO, Lilacs e Portal de Teses Capes e sites governamentais (para pesquisa de legislação pertinentes a plantas medicinais e fitoterápicas). Foram utilizadas combinações de palavras-chave e descritores como estratégia de busca, sobre Conhecimento Tradicional, Saberes Tradicionais, Plantas Medicinais, Etonobotânica.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Estudos etnobotânicos são importantes uma vez que o território brasileiro abriga uma das floras mais ricas do globo, onde grande parte é desconhecida quimicamente (GOTTLIEB, 1996). A intensificação dos estudos leva ao conhecimento de propriedade e de novas espécies, que são utilizadas (ELISABETSKY, 1986), podendo servir como instrumento para delinear estratégias de utilização terapêutica e conservação das espécies nativas e seus potenciais (ELISABETSKY, 1986; 2010) e valorização e preservação do conhecimento tradicional das comunidades e povos tradicionais. Esta abordagem de pesquisa, pode promover um incentivo à conservação da flora contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da população.

No Brasil, estudos etnobotânicos indicam que as pessoas afetam a estrutura de comunidades vegetais e de plantas de interesse, não só sob aspectos negativos, como comumente se credita à intervenção humana, mas também beneficiando e promovendo recursos manejados (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002; DAVIS, 1995; BORTOLOTTI, 2006). Estes estudos, quando desenvolvidos em comunidades rurais, que ocupam áreas com grande diversidade biológica

(GOTTLIEB, 1996) podem fornecer dados importantes sobre plantas medicinais, alimentícias e com outros fins, ampliando as possibilidades de aproveitamento dos recursos associados à conservação da biodiversidade (GOTTLIEB, 1996, MING et al., 2005; BORTOLOTTI, 2006).

Segundo Sales (2015, 2016) a “ordem do dia” nos estudos de etnobotânica está no grande interesse pelo conhecimento nativo das comunidades tradicionais e na sua dinâmica de gestão e organização. Estes sistemas tomam ainda uma importância maior, quando estudos relatam que muitos destes conhecimentos tradicionais estão sendo perdidos ao longo do tempo, seja pelo extermínio de alguns povos que não deixaram registros escritos, seja pela introdução de novos hábitos pelas sociedades modernas.

A formulação e implementação de políticas públicas para valorização do conhecimento tradicional e científico das plantas medicinais, com consequente inserção na saúde pública para cuidados primários, representam um marco regulatório e incentivo à pesquisa para plantas medicinais e fitoterápicas, priorizando a biodiversidade do país, o desenvolvimento de tecnologias e inovações nas diversas fases da cadeia produtiva (SALES et al., 2015).

Muitos foram os avanços nas últimas décadas para a regulamentação da Fitoterapia no Brasil como estratégia terapêutica disponível na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). A formulação e implementação de políticas públicas para valorização do conhecimento tradicional e científico das plantas medicinais e sua inserção na saúde pública para cuidados primários, representam o marco regulatório e incentivo à pesquisa para plantas medicinais e fitoterápicas, priorizando a biodiversidade do país, o desenvolvimento de tecnologias e inovações nas diversas fases da cadeia produtiva (SALES, 2015).

#### 4 CONCLUSÃO

O resgate do conhecimento tradicional e dos saberes etnobotânicos das plantas medicinais implica em desenvolvimento humano e socioambiental das comunidades tradicionais. O diálogo entre diferentes saberes populares, propicia a elaboração uma tecnologia social voltada para as necessidades da população no contexto local, e o próprio conhecimento tradicional traz consigo a necessidade da melhor utilização dos recursos terapêuticos disponibilizados pela biodiversidade.

#### 5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P. Etnobiologia e Biodiversidade. Recife: NUPEEA/ Sociedade de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005.

ALBUQUERQUE, U.P. Introdução à Etnobotânica. Recife: Ed. Bagaço 87 p. 2002.

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de Caatinga no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Bot Bras.** V.16, n.3, p. 273-285, 2002.

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica. Recife: Livro Rápido / NUPPEA; 2004.

ALVIM, N.A.T; FERREIRA, M.A; CABRAL, I.E; FILHO ALMEIDA, A.J. O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. **Rev Latino- Am Enfermagem** . V.14, n. 3, p. 316-323, 2006.

AMOROZO, M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L.C. **Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar**. São Paulo: UNESP, p. 47 – 68, 1996.

AMOROZO, M.C.M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Laverger, MT, Brasil. **Acta Bot Bras.** V.16, n.2, p.189-203, 2002.

ANTONIO, G.D; TESSER, C.D; MORETTI-PIRES, R.O. Fitoterapia na atenção primária à saúde. **Rev Saúde Pública.** V.48, n.3, p.541-553, 2014.

BAVIERA, T. da. **Viagem pelos trópicos brasileiros 1888-1889/ Meine reise in den brasilaischen tropen** (tradução e notas: Sara Baldus). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013

BORTOLOTO, I.M. Etnobotânica nas comunidades do Castelo e Amolar, borda oeste do Pantanal Brasileiro. Tese (Doutorado) - Instituto de Biociências de Rio Claro Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2006.

BUCHILLET, D. Introdução. In: BUCHILLET, D. **Medicinas Tradicionais e Medicina Ocidental na Amazônia**. Belém: CEJUP. P. 63-64 ; 1991.

CABALLERO, N.J. Perspectivas para el que hacer etnobotánico en México. In: BARRERA, A. **La etnobotánica: três puntos de vista y una perspectiva**. Xapala: Instituto Nacional de Investigaciones sobre Recursos Bióticos. P. 25-28, 1983.

CALIXTO, J.B. Efficacy, safety, quality control, marketing and regulatory guidelines for herbal medicines (phytotherapeutic agents). **Braz J Med Biol Res**. V.33, n.2, p.179-189, 2000.

CORADIN, L; SIMINSKI, A; REIS, A. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul. Brasília, 2011.

COUTINHO, D.F; TRAVASSOS, L.M.A; AMARAL, F.M.M. Estudo etnobotânico de plantas medicinais utilizadas em comunidades indígenas no estado do Maranhão – Brasil. **Visão Acadêmica**. V.3, n.1, p.7-12, 2002.

DAVIS, E.W. Ethnobotany: an old practice, a new discipline. In: SCHULTES, R.E; REIS, S. V.O.N. **Ethnobotany: Evolution of a Discipline**. New York: Ed.Chapman &Hall. P. 40-49, 1995.

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: RIBEIRO, D. **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes,1997.

ELISABETSKY, E. New directions in ethnopharmacology. **J. Ethnobiol**. V.6, n.1, p.121-128, 1986.

ELISABETSKY, E.; SOUZA, G.C. Etnofarmacologia como ferramenta na busca de substâncias ativas. In: Simões, CMO, Schenkel EP, Gosmann G, Mello JCP, Mentz LA, Petrovick PR. **Farmacognosia, da planta ao medicamento**. 6. Ed. Porto Alegre/Florianópolis: UFRS; p. 107-122, 2010.

GOTTLIEB, O.R; KAPLAN, M.A.C; BORIN, M.R.M.B. Biodiversidade. Um enfoque químico-biológico. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,1996.

GURIB- FAKIM, A. Medicinal plants: traditions of yesterday. **Mol Aspects Med**. V.27, p. 1-93, 2006.

LORENZI, H; MATOS, F.J.A. Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Ed. Plantarum, 2008.

LUZ, M.T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. **Physis**. V.15(Supl.), p.145-176, 2005.

MACIEL, M.A.M; PINTO, A.C; VEIGA, J.R.V.F; GRYNBERG, N.F; ECHEVARRIA, A. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Quím. Nova**. V.25, n.3, p.429-438, 2002.

MARTIN, G.J. Ethnobotany – A method manual. New York: Ed. Chapman & Hall, 1995.

MARTINS, E.R; CASTRO, D.M; CASTELLANI, D.C; DIAS, J.E. Plantas Medicinais. Viçosa: UFV, 2000.

MEIRELLES, L. Agricultura ecológica e agricultura familiar. Crise ambiental, revolução verde e a busca de alternativas- Centro Ecológico, Ipê (RS), 2002. Disponível em: [http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=10](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=10). Acesso em 29 mar. 2015.

MING, L.C; CARVALHO, I; VASCONCELLOS, M.C; RADOMSKI, M.I; COSTA, M.A.G. Direito de recursos tradicionais: formas de proteção e repartição de benefícios. Botucatu: UNESP. P.157, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, PNPIC, SUS. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília (DF); 2006.

PETROVICK, P.R. **Farmacognosia, da planta ao medicamento**. 6. Ed. Porto Alegre/Florianópolis: UFRS. P.107-122, 2010.

SALES, M.D.C. A contribuição da etnobotânica para o estudo da gestão social em comunidades tradicionais: o caso da produção da aroeira no norte do estado do espírito santo (IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS). Porto Alegre, 2016.

SALES, M.D.C. Avaliação e caracterização de insumos bioativos da aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi) com potencial econômico para o desenvolvimento tecnológico de bioprodutos.2013. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2013.

SALES, M.D.C; SARTOR, E.B; GENTILLI, R.M.L. Etnobotânica e etnofarmacologia: Medicina Tradicional e Bioprospecção de Fitoterápicos. **Salus J Health Sci**. V. 1, N.1, p. 17-26, 2015.

SANTOS, S. Um Estudo etnoecológico dos quintais de cidade de Alta Floresta – MT Dissertação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

SAVASTANO, M.A.P; DI STASI, L.C. Folclore: conceitos e metodologia. In: DI STASI, L.C. **Plantas medicinais: Arte e Ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: EDUSP. P. 37-45,1996.

SCHENKEL, E.P.; GOSMAN, G.; PETROVICK, P.R. Produtos de origem vegetal e o desenvolvimento de medicamentos. In: SIMÕES, C. M. O. et al. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 3. Ed. Florianópolis: Ed. da UFRGS/UFSC, cap. 15, 2000.

SILVA, M. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão social**. V.2, n.2, p.7-9, 2008.

SIMÕES, C.M.O; SCHENKEL, E.P; SIMON, D. O guia de ceapar chora de ervas: 40 receitas naturais para sua saúde perfeita. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIERTLER, R.B. Métodos antropológicos como ferramentas para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M.C.M; MING, L.C; SILVA, S.M.P. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNES. P.11-29. 2002.